



Cesarismo em Repetição: aproximações à compreensão do processo revolucionário egípcio e dos governos Morsi e as-Sisi

Caesarism in Repetition: Approximations to the Comprehension of the Egyptian Revolutionary Process and to the Governments of Morsi and as-Sisi

Cesarismo en Repetición: aproximaciones a la comprensión del proceso revolucionario egipcio y de los gobiernos de Morsi y as-Sisi

Samuel Spellmann¹

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2022v19n4pX-X

Recebido em: 16 de junho de 2022
Aprovado em: 23 de setembro de 2023

Resumo

Este artigo busca estabelecer um diálogo crítico entre a apreensão das principais determinações do processo revolucionário egípcio e as tentativas de uniformização através de conceitos. Em particular, discute-se o uso do conceito gramsciano de cesarismo para a descrição dos blocos no poder no Egito pós-revolucionário.

Palavras-chave: Egito; Cesarismo; Primavera Árabe

Abstract

This article establishes a critical dialogue between the apprehension of the main determinations of the Egyptian revolutionary process and attempts at standardization through concepts. In particular, the use of the Gramscian concept of Caesarism for describing power blocs in post-revolutionary Egypt is discussed.

Keywords: Egypt; Caesarism; Arab Spring.

Resumen

Este artículo busca establecer un diálogo crítico entre la aprehensión de las determinaciones principales del proceso revolucionario egipcio y los intentos de uniformización a través de conceptos. En particular, se discute el uso del concepto gramsciano de cesarismo para describir los bloques en el poder en Egipto en la posrevolución.

Palabras clave: Egipto; Cesarismo; Primavera Árabe

Introdução

Teve início, há cerca de dez anos, o processo que viria a ser denominado de primavera árabe. Já à época, a série de protestos contra governos no Norte Africano e Oriente-Médio foi rapidamente compreendida como *primavera*. A referência não era gratuita. A série de similaridades entre os Estados em rebelião e a natureza pela qual o processo inteiro se desenvolveu impedia que qualquer análise sobre os protestos fosse feita de forma isolada.

A ideia de primavera cria uma unidade entre os processos revolucionários burgueses na região, e as razões para o apelo à uniformidade são diversas. No plano concreto, os protestos se influenciaram mutuamente. Iniciados na Tunísia após o suicídio político do ativista Mouhammed Bouzazi, as demandas populares rapidamente se difundiram através de redes sociais estadunidenses – notadamente os à época recentes Twitter e Facebook –, sendo ajudadas pela proximidade linguística árabe. Além disso, uma herança compartilhada regionalmente ligada à formação sócio-histórica reúne diversos países na condição de Estados governados por estruturas militares nacionais, estruturadas ao redor de monarquias ou de repúblicas.

A proposta deste artigo é estabelecer um diálogo crítico entre o processo de captura das principais determinações do processo revolucionário egípcio. Discute-se o uso do conceito de cesarismo nas revoltas populares ocorridas no Egito na década de 2010, compreendidas como partes integrantes da primavera árabe. Nosso objetivo não é, portanto, avaliar o processo revolucionário *per se*. Antes, nosso objetivo é o de refletir sobre as principais abordagens deste processo, apontando seus limites.

Nossa interpretação é a de que a série de deposições do governo egípcio entre 2011 e 2013 deram forma à ilusão de que o processo político no país estava encerrado com a instauração do governo militar do General Abdul-as-Sisi, e que o controle das Forças Armadas do governo do Egito significaria o encerramento da revolução com a vitória no país das forças políticas da reação. Esta vitória política da reação significa, para autores como de Smet (2016), um retorno ao *status quo ante*, significando, portanto, a vitória da contrarrevolução no Egito.

Em sentido contrário, entende-se que estes desenvolvimentos fazem parte do processo histórico de transformação da estrutura do bloco de poder no país, se traduzindo em uma revolução passiva, ainda que sob a moldagem da restauração conservadora.

Esta conclusão constitui um ponto de partida significativamente diferente daquele existente no momento anterior à primavera árabe. Acreditamos que a revisitação deste caso influi necessariamente na compreensão do conjunto da primavera árabe, embora não a determine. Isto ocorre não só pela natureza central dos eventos do Egito para o desenvolvimento dos processos sócio-históricos na região como um todo e pelo longo histórico de intervenções estrangeiras no país, mas também pela convidativa ocorrência de paralelismos entre a reação burguesa em outros países do Oriente-Médio e a tomada do poder estatal pelo Exército Egípcio e protagonizada por as-Sisi no Cairo.

Também participam destas considerações a conjuntura geopolítica atual. É fato consolidado que o Egito hoje apresenta uma inserção em vias de autonomia nacional do ponto de vista de suas relações exteriores. Em que pese a restauração conservadora ser o principal pro-

duto sentido pela população, as condições gerais do realinhamento geopolítico do Egito o colocam como um dos Estados africanos a protagonizar uma nova participação em iniciativas multilaterais, notadamente o BRICS+.

Dois Paralelos: a Primavera Árabe vista no Reflexo da Primavera dos Povos

Passada uma década do início da primavera árabe, começam a circular os primeiros trabalhos com distância temporal suficiente para uma avaliação compreensiva deste processo político. Convencionalmente, o espraiamento regional das manifestações contra a piora nas condições de vida nos países do Norte Africano e Oriente Médio começaram na Tunísia em dezembro de 2010.

Com protestos crescentes nas principais cidades de ambas as regiões, diversos autores apontam para o laço econômico subjacente aos movimentos políticos por democracia e representação política. Há um destaque prevalente da análise político econômica ligando a Crise Financeira de 2008 às manifestações que dariam origem à primavera árabe. Brecht de Smet (2016) aponta e Alexander e Naguib (2017) indicam que a implementação de políticas neoliberais a partir da década de 1980 interrompeu processos locais de industrialização, mantendo os países da região em posições periféricas ou semiperiféricas na produção mundial. Relembrando Luxemburg (2003), os autores assinalam que os processos de subjugação econômica no Egito seriam de longa data, e teriam marcado a inserção do país na produção capitalista (Alexander, Naguib, 2018).

No curto prazo, a interrupção da circulação regular de fluxos de capital na região pos-

sibilitou o desequilíbrio das contas públicas a partir dos anos 1980. Atendendo ao marco teórico econômico neoliberal, a reação à esta crise implicou na aplicação de novas medidas de austeridade, o que comprometeu o já fragilizado funcionamento econômico regular destes Estados na década de 2000. O resultado é o agravamento do patamar de derrocada da qualidade de vida, o que retroalimentaria os protestos no início dos anos 2010.

Aqui, coloca-se uma questão fundamental para o problema identificado neste trabalho, isto é, a uniformização das análises sobre os processos internos aos Estados durante a primavera árabe. O potencial determinante da questão econômica, experimentado em escala global, tende a ser o primeiro ponto a direcionar as análises para conclusões totalizantes, sem que antes se realize um movimento analítico na direção da série de particularidades locais. Isto necessariamente contribui para a narrativa rudimentar da dinâmica da primavera, inicialmente expressa em análises midiáticas, e rapidamente reproduzida em estudos mais sérios sobre os movimentos políticos na região. Como comentam Alexander e Naguib (2018), o conjunto de ficções ocidentais sobre o Oriente-Médio compeliu as narrativas midiáticas a uma rápida uniformização dos protestos sob este slogan, numa clara remissão às revoluções protagonizadas por populações europeias em 1848.

Identificamos aqui dois paralelos. Um primeiro faz referência à dinâmica urbana no plano continental nas duas situações. Ambas as primaveras são vistas equivocadamente como movimentos particularmente urbanos, dispersos pelas principais cidades de toda uma região geográfica, unidos não só por ideais comuns como também pela proximidade territorial, o

que possibilitou influências mútuas entre os movimentos. Ao mesmo tempo em que isto busca associar demandas europeias por representação ao contexto da primavera árabe, isto obscurece o papel da maioria rural das populações destes países e a sua influência no desenvolvimento do processo político.

Em segundo lugar, através da alcunha primavera árabe, o que se propõe é uma remissão clara e direta aos ideais iluministas representados na ideia da primavera. Ainda que no caso europeu houvesse certa separação linguística entre os povos, seus movimentos populares guardavam pertencimento comum com os ideais revolucionários franceses de meio século antes. A revolução francesa proporcionou uma importante influência intelectual no plano regional europeu, e a natureza da reação das monarquias europeias, executada também tendo em mente o plano continental de atuação, unia as tentativas de revolução em movimentos unitários. Este paralelo permite que se pense a primavera árabe como um conjunto de ideias coesos, expressos em conjunto pelas populações do Oriente-Médio, ao mesmo tempo em que se propõe que a dinâmica política regional funcionaria em conjunto.

Estes arquétipos proporcionam uma compreensão tendente à uniformização. Não foi difícil ver que particularidades locais foram significativamente apagadas em todo o processo. Isto se torna ainda mais perceptível no momento em que entraves próprios de cada Estado foram rapidamente vistos com desânimo, como a eleição da Irmandade Muçulmana no Egito ou a permanência no poder de Bashar Al-Assad na Síria. Uma vez que nem todos os Estados tiveram seus governos substituídos por democracias eleitorais nos exatos moldes ocidentais, rapidamente passou-se a falar que a primavera se convertera em inverno.

Como forma de melhor analisar este processo, delimitamos nossa crítica para o uso do conceito de Cesarismo no contexto egípcio. Nesta particularidade, o Cesarismo é usado como substantivo que compreende a sucessão de governos entre 2011 e 2013 no Egito. Este diálogo crítico é feito sobretudo perante a abordagem de Brecht de Smet (2016) em *Gramsci on Tahrir: Revolution and Counter-revolution* e o seu uso do conceito gramsciano.

Dois Cesarismos? Uma análise dos governos Morsi e as-Sisi

Cesarismo é o conceito empregado para o fenômeno político segundo o qual uma liderança de natureza popular¹ surge em um contexto de fragilidade da ordem de um bloco no poder, e que estabelece um novo entendimento entre tendências revolucionárias e as forças da reação. Como fenômeno, o cesarismo é resultado de uma conjectura histórica particular, na qual a emergência do “César” é resultado do enfraquecimento de uma força dominante. O seu aparecimento representa um prolongamento da existência de um esquema de poder reinante, ainda que sob formas diferentes (Antonini, 2021, p. 123-124). Não por acaso, o cesarismo está estritamente ligado à dinâmica de revolução passiva em Gramsci.

De acordo com Francesca Antonini (2021), o uso do termo Cesarismo surge em meados do século XIX. O conceito foi primeiro usado para descrever o domínio da força militar como base de poder capaz de substituir provisoriamente as monarquias hereditárias em períodos de crise, sem, entretanto, replicar

¹ Para uma discussão sobre a formação de um cesarismo sem um César, ver Antonini (2021), p. 194 e ss.

o seu caráter hereditário. Seu uso está intimamente conectado aos desenvolvimentos da crise política francesa entre a primavera dos povos de 1848 e a ascensão política de Luís Bonaparte e a fundação do Segundo Império Francês.

A difusão do termo cesarismo rapidamente recuperou o anteriormente criado bonapartismo, conceito concebido décadas antes. Bonapartismo, na primeira metade do século XIX, referia-se à política expressa pelos apoiadores de Napoleão Bonaparte. Embora originalmente estes termos não guardassem proximidade, o vínculo estabelecido pelos eventos na França rapidamente os trouxe para o debate público. Isto também foi influenciado pela própria participação de Luís Bonaparte na política francesa em sua defesa do legado de Napoleão I e em propostas de políticas públicas para a França. Como aponta Antonini (2021), o resultado disso é refletido em diversas obras críticas do período, notadamente nos trabalhos de Pierre-Joseph Proudhon, Jacob Burckhardt e Karl Marx.

Em seu desenvolvimento teórico, Marx estabelece em *O Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte* uma rejeição ao paralelismo e ao uso intercambiável entre Cesarismo e Bonapartismo. Antonini (2021, p. 5) assevera que, para Marx, a historicidade destes conceitos deveria ser limitada por seus respectivos tempos históricos. O pertencimento de cesarismo deveria ser mantido ao conjunto de relações sociais próprias de Roma no final do período republicano, onde a formação social do Estado dependia do funcionamento regular da produção fundada na escravidão. Ao mesmo tempo, o proletariado enquanto classe social romana instituída – que empresta o nome ao proletariado capitalista moderno – tinha sua sobrevivência subsidiada pelo Estado romano como forma de aplacar anseios por terra.

Em sentido diverso, o proletariado no capitalismo, embora permanecesse sem dispor de propriedade – e, portanto, de meios independentes de subsistência para além da venda da sua força de trabalho –, agora era base fundante da reprodução social. Ou seja: o funcionamento do cesarismo na Roma republicana implicava um relacionamento com as classes sociais existentes que era impossível de ser reproduzido na sociedade capitalista nascente do século XIX. Comparações entre cesarismo e bonapartismo seriam implicitamente equivocadas, tendentes somente a analisar processos políticos simplistas, sem refletir as condições subjacentes de luta de classes numa determinada sociedade.

Em que pese a ressalva estabelecida por Marx em sua famosa obra, como aponta Antonini (2021), o conceito de cesarismo seguiu sendo utilizado de forma intercambiável ao de Bonapartismo na tradição marxista dos anos seguintes. De maneira significativa, cesarismo aparece na obra de Engels² para descrever processos políticos internos da Alemanha unificada, e é eventualmente recuperado por diversos marxistas no século XX em suas abordagens do fascismo europeu – notadamente, por Antonio Gramsci.

O cesarismo recuperado por Gramsci (2007, p. 11-110) funda-se na possibilidade de uma figura política individual estabelecer um intermédio entre as diversas forças políticas em disputa como forma de controle do poder do Estado. A particularidade do cesarismo estaria ligada à dinâmica do controle e do seu potencial de transformação da estrutura socioeconômica sobre a qual o Estado está organizado. Aqui está a chave para o paralelismo entre Jú-

2 Antonini (2021, p. 5) indica o seu uso por Engels em *Violência e Economia na Criação do Novo Reich Alemão* (*Gewalt und Ökonomie bei der Herstellung des neuen Deutschen Reiches*),

lio César e Napoleão. Para Gramsci, da mesma maneira que a ascensão de César descendeu das lutas por terra iniciadas pelos irmãos Graco, este processo modificou a própria estrutura de funcionamento do Estado romano. Santangelo (2021) aponta que controle de César do Estado romano permitiu não só a anexação da Gália e a transformação de uma série de leis na Itália quanto à propriedade de terras, mas, em última análise, possibilitou a ascensão ao poder central do Estado romano de uma série de grupos políticos exteriores à cidade de Roma e à península italiana, solidificando através deste novo relacionamento de classes e desta nova formação territorial do Estado as tensões entre Leste e Oeste do que viria a ser o Império Romano.

Essas restrições aparentes ao conceito de cesarismo denotam o sentido utilizado por nossa abordagem do processo ocorrido no Egito a partir da primavera árabe. De maneira similar ao texto de Alexander e Naguib (2018), de Smet (2016) recupera a longevidade do processo de questionamento da estrutura de poder no Egito, rememorando protestos ao longo do século XX. O autor também estabelece as bases desta estrutura de poder partindo do controle das terras férteis no país. Mas, a partir disso, o argumento de de Smet (2016) segue para uma definição do Cesarismo como expressão tanto da ascensão de Morsi como da de as-Sisi. Esta conclusão coloca que em um pequeno espaço de tempo duas forças políticas significativamente diferentes, controladas por dois indivíduos distintos e atuando ao mesmo tempo no Egito, passam a ser determinantes para o processo de desenvolvimento da primavera árabe no país. O questionamento feito por Alexander e Naguib (2018) à de Smet (2016) segue esta mesma linha.

Duas outras falhas podem ser apontadas na caracterização de de Smet (2016) ligadas

à ascensão de Muhammad Morsi e de as-Sisi. Uma vez que a capacidade de reunir diferentes seguimentos de classe para dar sustentação a um governo é parte integrante do Cesarismo, a fragilidade do governo da Irmandade Muçulmana ficou comprovado não somente pela sua derrubada pelo golpe militar de julho de 2013, mas pela manutenção da intensidade dos protestos durante o governo Morsi.

A descaracterização do uso do conceito de cesarismo também pode ser depreendida da ausência de mudanças substanciais na organização socioeconômica do Egito entre 2011 e 2013. De Smet (2016) coloca que a ascensão da Irmandade Muçulmana e de Morsi percorre os protestos já a partir de janeiro de 2011, e estabelece diálogo com os setores médios das forças armadas, dando margem ao que o autor coloca como um “cesarismo popular”, onde Morsi lideraria o conjunto da vontade da população sem rivalizar diretamente com interesses estabelecidos no Egito. Esta abordagem é utilizada para opor, na sequência, o cesarismo reacionário protagonizado por as-Sisi e pelo alto escalão das forças armadas. Ao mesmo tempo, isto dá margem à descaracterização do uso do conceito de cesarismo, dado o caráter eminentemente provisório do governo Morsi no Egito.

Com o privilégio de um maior distanciamento histórico em relação aos eventos aqui colocados e a ambos os textos, pode-se perceber algo significativo a partir do governo militar liderado por as-Sisi. Embora visto com fragilidade num primeiro momento – é significativo o destaque dado por Alexander e Naguib (2018) a continuidade dos protestos e greves no Egito entre 2013 e 2016 –, e, para além da permanência de as-Sisi no controle do país por um período significativamente maior do que Morsi, podem ser delimitados novos contornos

para a relação entre classes sociais no Egito e suas fundações socioeconômicas.

Na esteira do apontado por de Smet (2016), as-Sisi promoveu-se como um líder capaz de intermediar a relação entre as forças armadas do Egito e a população. Na condição de general, as-Sisi passou a atuar na liderança do aparato militar de forma a apaziguar os anseios dos militares de baixa patente, o que possibilitou o seu distanciamento de Morsi, sinalizando que o rompimento institucional protagonizado pelo golpe militar de 2013 seria uma renovação do processo realizado nos anos 1950 com a ascensão de Nasser. O resultado deste processo é a eleição de as-Sisi em 2014. Embora as-Sisi não tenha atendido aos anseios pelo estabelecimento de alguma forma de democracia representativa no Egito, sua parcial continuação de políticas neoliberais atendeu aos anseios estrangeiros, de forma a permitir a retomada do setor de turismo no país, reequilibrando a matriz econômica nacional (De Smet, 2016).

A partir disto, começa a se desenhar um ensaio de mudança na formação econômico-social egípcia. Ao mesmo tempo em que são atendidos os anseios econômicos neoliberais desenhados pelo FMI, como a redução dos subsídios à alimentação e ao combustível, a implementação de medidas de austeridade, a elevação da taxa de juros e a liberação da taxa de câmbio (Abed, 2020), o Egito passa a adquirir novas fontes de financiamento externo com instituições fora do eixo controlado pelos EUA e União Europeia. O financiamento para obras de infraestrutura no país tem começado a obter fontes na China, como os empréstimos fornecidos tanto por fundos privados como por instituições multilaterais, como o Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura. Embora ainda se discuta qual a condição representativa

do Egito junto ao bloco, o novo lugar ocupado como membro dos BRICS também aparenta guiar os seus membros para a criação de alternativas para o financiamento multilateral.

Como aponta Sean Mathews (2021) em matéria para a Al Jazeera ainda em março de 2021, aparentava estar havendo uma corrida pelos megaprojetos no Egito. Além da construção da nova capital administrativa egípcia, o Egito estabeleceu diversos Memorandos de Entendimento para a realização de obras no país, como o contrato de US\$ 23 Bi. com a empresa de engenharia alemã Siemens para a instalação de trens elétricos de alta velocidade no país ou a construção da primeira usina nuclear egípcia em El Dabaa em parceria com a Rosatom, empresa estatal russa de energia nuclear.

Por fim, a solidificação do regime de as-Sisi permitiu um novo posicionamento do Egito em relação ao contexto geopolítico do Norte-Africano e do Oriente-Médio. Além da identificação presente no relatório de Abed (2020) a respeito participação da fabricação e compra de material bélico pelas forças armadas egípcias, o Egito tem aumentado a sua presença militar no Mediterrâneo, seja com a abertura de uma nova base militar em Gargoub, próximo da fronteira Líbia (Lewis, 2021) ou pela cooperação entre Egito e Sudão a nível regional na disputa pela operação da usina hidrelétrica construída pela Etiópia no Nilo (Al Jazeera, 2021).

Conclusões

Cesarismo é um conceito controverso. Colocado no contexto da primavera árabe, sua transposição para o Egito da década de 2010 demonstra a dificuldade de se pensar o presente ao passo que o mesmo se desenvolve. A análise concreta da realidade necessariamente confron-

ta os anseios de se implementar ideias abrangentes. Ao mesmo tempo, a transposição de tipos ideais como *primavera árabe* para a realidade também enfrenta estas mesmas limitações.

Este processo fica mais evidente no uso do conceito de cesarismo para compreender as figuras políticas de Morsi e de as-Sisi. Embora se rejeite a aplicação do conceito no que concerne Morsi, conclui-se que a sua aplicação é correta para as-Sisi, na medida em que o general egípcio consegue atuar para se aproveitar de divisões internas a diversos seguimentos de classe egípcios.

Após oito anos de mandato, as-Sisi começa a usar esta hegemonia interna para transformar a fundação socioeconômica do Estado. Isto parece apontar para a continuidade do processo revolucionário no Egito pela via da reação às forças populares de 2011. Tomada esta linha, passa-se a considerar que o processo existente no país não fez o Egito retroagir necessariamente ao *status quo ante* existente na gestão de Mubarak. Ao contrário, ele reforça o uso conceitual de Cesarismo para descrever a atual gestão do Egito, convocando uma nova compreensão do contexto sócio-político do país.

Referências

- ABED, George T. The Egyptian Economy: in the Clutches of the Deep State. **Carnegie Middle East Center**, 26 de out. de 2020. Disponível em: <https://carnegie-mec.org/2020/10/26/egyptian-economy-in-clutches-of-deep-state-pub-83027> . Acesso em 06 de jun. de 2021.
- ALEXANDER, Anne. NAGUIB, Sameh. Behind every Caesar a new one? Reflections on Revolution and Counter-revolution in Egypt in Reponse to *Gramsci on Tahrir*. **Review of African Political Economy**, v. 45, v. 155, 2018, p. 91-103. DOI: 10.1080/03056244.2017.1391765
- AL JAZEERA. Saudi Arabia supports Egypt, Sudan 'water rights' in Dam Dispute. **Al Jazeera**, 07 de jul. de 2021. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2021/7/7/saudi-supporting-egypt-sudan-water-rights-amid-gerd-dispute> . Acesso em 30 de jul. de 2021.
- ANTONINI, Francesca. **Caesarism and Bonapartism in Gramsci: Hegemony and the Crisis of Modernity**. Leiden: Brill, 2021, 252p.

DE SMET, Brecht. **Gramsci on Tahrir: Revolution and Counter-Revolution in Egypt**. London: Pluto Press, 2016, 281p.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 03. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

LEWIS, Aidan. Egypt's Sisi opens Naval Base Close to Border with Libia. **Reuters**, 04 de jul. de 2021. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/middle-east/egypts-sisi-opens-naval-base-close-border-with-libya-2021-07-03/> . Acesso em 30 de jul. de 2021.

LUXEMBURG, Rosa. **The Accumulation of Capital**. London: Routledge, 2003. 497p.

MATHEWS, Sean. The Competition for Egypt: China, the West, and Megaprojects. **Al Jazeera**, 15 de mar. de 2021. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2021/3/15/the-competition-for-egypt-china-the-west-and-mega-projects> . Acesso em 30 de jul. de 2021.

SANTANGELO, Federico. Between Caesarism and Cosmopolitanism: Julius Caesar as na Historical Problem in Gramsci. In: ZUCCHETTI, Emilio. CIMINO, Anna Maria. **Antonio Gramsci and the Ancient World**. Abindton: Routledge, 2021. p. 201-221.